



**FÓRUM**  
**EMPRESARIAL**  
de Inovação e Desenvolvimento

BOLETIM DE CONJUNTURA  
**ECONÔMICA**

Nº **01**



## Palavra do Presidente



**José Adriano - Presidente da FIEAC**

O Fórum é um organismo vivo de espaço permanente de diálogo com a sociedade. Foi criado a partir da discussão e convergência das três federações, que compõem o Fórum, Fieac, Faeac e Fecomércio, e se tornou essencial em qualquer debate do ponto de vista de desenvolvimento e melhoria do estado do Acre. Quando o Fórum Empresarial se reúne, conecta todos, nivela e alinha os temas, buscando um direcionamento para o setor produtivo e discutindo as necessidades de aperfeiçoamento para que sejam adotadas decisões mais assertivas do ponto de vista dessa representação.

No Acre temos uma logística muito complexa, a carga tributária do Brasil é muito grande e a do Estado tem um gancho muito maior em função de sua localização geográfica. Temos uma série de variáveis que influenciam na área do desenvolvimento. Ao se construir uma estrada, por exemplo, será a mais cara do Brasil. Já o incentivo fiscal se torna complexo porque influencia diretamente no custo de vida do consumidor. Hoje, o Fórum Empresarial tem como pauta principal a atualização de dados econômicos baseados nas ferramentas digitais, na inovação e em como pode ajudar e orientar o consumidor e iniciativa privada.

Outra questão importante é que a economia acreana é muito dependente dos investimentos públicos, então, a máxima hoje é a seguinte: os investimentos dos governos estaduais, municipal e federal estão interagindo com o desenvolvimento do Estado? Está sendo eficaz todo esse investimento? O Fórum Empresarial faz esse tipo de debate. Para acompanhar esses investimentos e apresentar propostas em quais áreas e setores podem ser investidos, contratamos um grupo de doutores acreanos da Universidade Federal do Acre, que conhecem de perto nossa realidade, para elaboração de um boletim econômico que será divulgado mensalmente. Esses dados econômicos se baseiam em informações que precisamos saber na hora de fazer qualquer investimento ou decisão.

Os boletins terão projeções e levantamentos que, normalmente, são publicados com atraso e queremos isso de forma mais real e presente. As informações a nível nacional são levantadas com dados gerais, não observam particularidades por estado e isso leva um tempo para ser formatado e entregue para o consumidor, empresários e investidores.

Ao se regionalizar esses dados, é possível desenvolver estudos baseados na realidade local e obter projeções mais precisas e objetivas, tais como quais setores perdem mais mão de obra, qual necessita de mais capacitação, qual está crescendo e qual está decrescendo, viabilizando a comunicação com a força de trabalho do setor produtivo. Os impactos gerados na economia durante algumas eventualidades, como enchentes e secas severas que afetam a produção local, serão avaliados e comparados com o custo de vida acreano para elencar os desafios de ser empresário no Acre.

A Fundape é um sonho e vem somar com as ações e projetos já desenvolvidos pelas federações que são mantenedoras do Fórum. Estamos muito confiantes na execução dos levantamentos dos dados e estudos propostos.

# PANORAMA DA ECONOMIA

## Mundial

O Conselho de Política Monetária do Banco central do Brasil (COPOM) decidiu no dia 21 de junho de 2023 a manutenção da Taxa Selic em 13,75% pela oitava reunião consecutiva (desde 17.06.2022). Apesar das pressões do governo federal e das expectativas do mercado de que o Banco Central poderia iniciar a tão esperada redução da taxa básica de juros, foram frustradas as esperanças de investidores e do governo federal.

É bom salientar que a avaliação que define a redução, subida ou manutenção da taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC) é feita pelo COPOM, avaliando as condições conjunturais dos cenários nacional e internacional. No cenário nacional o ponto de foco, que tem norteado as decisões, tem sido o controle da inflação que apesar de dar sinais de desaquecimento ainda não foi suficiente para gerar credibilidade para o COPOM acreditar em um processo consistente de redução inflacionária. Essa avaliação tem sido mantida nas últimas reuniões, mas novamente posterga a expectativa para o início da redução da taxa Selic para a reunião do mês de agosto.

No cenário internacional, a conjuntura é similar a brasileira, qual seja, altas taxas de inflação e expectativas de baixo crescimento das principais economias do mundo, especialmente as economias dos Estados Unidos, da área de influência do Euro e América Latina, ou seja, a conjuntura internacional ainda apresenta condições de instabilidade e incertezas que podem afetar e fragilizar a economia brasileira e novamente servir de suporte para nova decisão do COPOM de continuar com uma política de juros altos.

Assim sendo, os principais aspectos que geram incertezas nos mercados internacionais estão atrelados a uma conjuntura marcada por níveis de inflação considerados altos e baixo crescimento das principais economias do mundo, apesar de que, segundo dados do [IPEA, 2023], os preços internacionais das commodities, medidos pelo Banco Mundial, vêm caindo desde junho de 2022 e as principais cadeias mundiais de suprimentos de matérias primas estão voltando à normalidade, uma vez que estas foram fortemente afetadas pelas restrições geradas pela pandemia do Covid-19.

Apesar dessa boa notícia, a média da inflação mundial ainda pode ser considerada preocupante. Segundo o [International Monetary Fund - IMF, 2023] <sup>1</sup>, a média da inflação mundial ficou em 8,8% em 2022. Para 2023, o FMI projeta uma taxa média mundial de 6,5%, e para 2024 a projeção é de 4,1%. A figura 1 nos permite uma análise da taxa de inflação em países selecionados.

---

<sup>1</sup>Fundo Monetário Internacional (FMI)



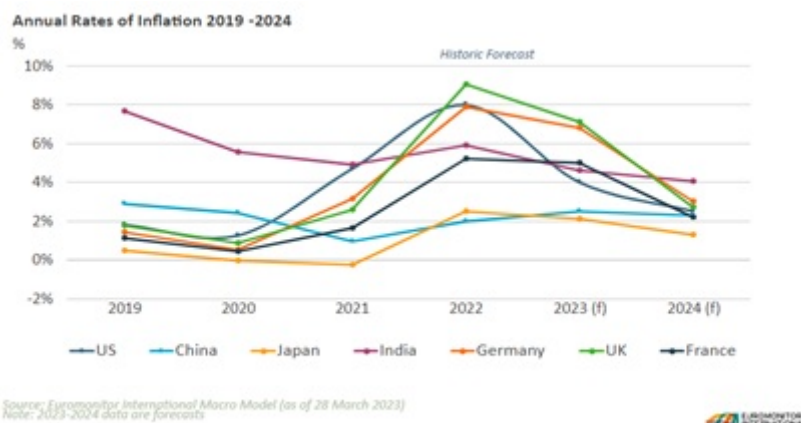


Figura 1: Taxas anuais de Inflação Países selecionados- 2019 a 2024  
Fonte: [Ministerio de Economía de El Salvador, 2023]

No cenário da economia dos Estados Unidos, uma das principais preocupações que poderia afetar negativamente o desempenho da atividade econômica, diz respeito ao crescimento da dívida do país e ao seu teto legal, porém, foi aprovado um acordo que suspendeu o teto da dívida até o dia primeiro de janeiro de 2025, fato que posterga esta preocupação para depois das eleições presidenciais e faz as atenções ficarem voltadas para o controle da inflação, o crescimento da economia e o mercado de trabalho que não apresenta sinais de melhoria significativa para dinamizar o consumo da economia norte-americana.

Para as economias da área de influência do Euro, a elevação dos preços das commodities apresentou uma desaceleração maior que a esperada no ano de 2022, porém a conjuntura nessa região persiste com projeções de inflação elevada. A inflação média da região em março de 2023 ficou em 6,9%. Atrelado a este cenário de altas taxas de inflação, a taxa de desemprego em abril de 2023 na área de influência do Euro foi de 6,5%, o nível mais baixo pelo menos nos últimos dezessete anos.

A economia da China não apresenta preocupação com os níveis de inflação e os dados de crescimento da economia apontam para uma trajetória de recuperação, com crescimento do PIB de 4,5% no primeiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo trimestre de 2022. No entanto, os dados econômicos do mês de abril não foram tão favoráveis, gerando expectativas de que a economia chinesa ainda não conseguirá manter uma recuperação econômica consistente no ano de 2023.

No que se refere à conjuntura da América Latina, o cenário inflacionário é bem preocupante, a média de inflação projetada para 2023 é de 5%, excluindo Argentina e Venezuela. A Venezuela com uma inflação de 155% ao ano, e a Argentina que passa por um cenário de inflação muito difícil para o controle governamental, atingindo a cifra de 94,8% em 2022 e projetando 88% em 2023.

A economia do Chile apresentou inflação em torno de 10% e o PIB encolheu 0,6% no primeiro trimestre de 2023, comparado com o mesmo período do ano passado, após queda de 2,3% no trimestre anterior. O ponto fora da curva é a economia mexicana que cresceu 3,7% no primeiro trimestre de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022, conforme indicado pelo [IPEA, 2023].

As projeções para o crescimento da economia mundial giram em torno de 2,3% para 2023. Segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, assim como o Banco Mundial e o FMI estimam taxas de crescimento mundial abaixo dos 3% para o ano de 2023.

O crescimento médio para a América Latina gira em torno de 1,7%, fato este que contribui para um cenário de incertezas mais delicado dentro da avaliação da conjuntura internacional por ficar bem abaixo das expectativas de crescimento globais. A figura 2 nos permite uma visualização geral do quadro.



Figura 2: Projeções de crescimento da Economia Mundial - 2023 [International Monetary Fund - IMF, 2023]

Portanto, a conjuntura internacional ainda é marcada por incertezas que podem afetar negativamente a economia brasileira e podem fragilizar a visão do COPOM sobre a necessidade de começar a reduzir a taxa de juros no Brasil a partir do mês de agosto de 2023.

O cenário de referência, até o mês de junho de 2023, continua sendo caracterizado por altas taxas de inflação nas principais economias e a consequente alta nas taxas de juros para combater a inflação, alimentando uma tendência que conduz a baixos padrões de crescimento econômico da economia internacional e traz seus reflexos negativos para a economia brasileira.

Assim sendo, a conjuntura internacional não apresenta evidências que possam reverter estas tendências para o ano de 2023. Os dados e expectativas geradas por instituições internacionais como a Organizações das Nações Unidas (ONU), FMI e o Banco Mundial, não apontam para condições de boa previsibilidade para a indução de políticas econômicas voltadas para o crescimento significativo das principais economias do mundo. O que resta aos governos é priorizar a adoção de medidas voltadas para o controle da inflação.

O cenário desejado seria o de baixas taxas de juros e inflação e uma tendência ao crescimento forte do PIB nas principais economias do mundo e, conseqüentemente, no Brasil, no entanto, a realidade ainda aponta para o inverso, um cenário internacional marcado por incertezas, mas que tende a melhorar em 2024.

Portanto, os principais indicadores econômicos e as principais notícias dos jornais especializados em economia nas diversas regiões econômicas do planeta apontam para avaliações de conjuntura bem similares: de que os dois grandes desafios econômicos dos governos para 2023 e 2024 vão continuar sendo o de controlar os índices de inflação e a retomada do crescimento das atividades econômicas.

## Brasil

Os anos iniciais da década de 2020 foram marcados pelas incertezas trazidas pela infecção Covid-19 para socioeconomia mundial. As advertências impeditivas de circulação de pessoas e convívio social por longos períodos, assim como a interrupção abrupta das relações comerciais nos mais variados segmentos produtivos, foram taxados como responsáveis pela queda no desempenho de atividades industriais, comerciais e no setor de serviços, resultando baixo dinamismo econômico, queda no Produto Interno Bruto (PIB) e aumento do desemprego e da crise a nível internacional e nacional. Nesta nossa abordagem sobre a economia brasileira pós-pandemia, vamos tecer alguns comentários sobre a inflação nacional, a desvalorização cambial, o PIB, e algumas considerações sobre os setores afetados pela pandemia.

Um dos históricos inimigos da economia brasileira é, sem dúvida, o fenômeno inflacionário. Para [Lopes et al., 1997], a inflação pode ser considerada como um processo de aumento contínuo e generalizado do nível de preços, responsável por fazer com que o poder aquisitivo da moeda diminua. Para mensurar a inflação, diversos índices de preços foram construídos ao longo do tempo com diferentes propósitos e diversificadas finalidades analíticas. Para realizar a análise de um cenário atual, bem como fazer projeções de inflação, precisa-se não apenas dos condicionamentos para as taxas de juros e de câmbio, mas também de um conjunto de pressupostos comportamentais de algumas variáveis.

A figura 3 apresenta o comparativo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) entre países emergentes durante o pós-pandemia e mostra as causas do aumento de preços entre eles. A principal causa da elevada inflação em países emergentes foi a desvalorização das suas moedas ante aquelas dos países centrais, em particular o dólar, o que torna, por exemplo, o aumento dos preços das commodities, fixadas em dólar, um múltiplo daqueles dos países centrais. Assim, o Brasil aparece ao mesmo tempo como um grande produtor de commodities e importador de componentes e insumos para um setor industrial com coeficiente elevado de importação.



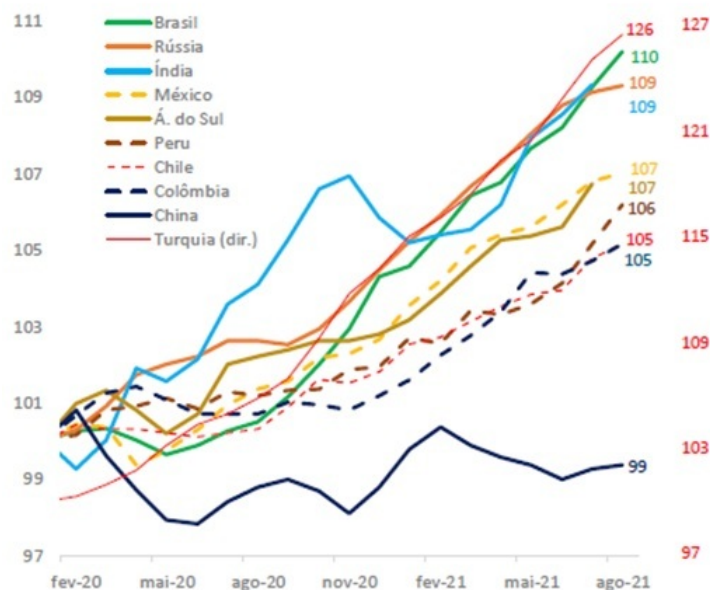


Figura 3: Índice de Preço ao Consumidor (IPC) em países selecionados (jan – 2020 = 100)

A figura 4 apresenta as taxas de câmbio nominais, em que se comparam a moeda local  $x$  a moeda americana - U\$. Os dados revelam que o Brasil se apresenta com grande fragilidade cambial, pois é o terceiro país cuja moeda mais desvaloriza dentre um grupo de países emergentes. Dentre as causas dessa desvalorização em meio a pandemia, convém destacar que o Brasil mergulha numa recessão profunda. Mas em termos gerais pode-se dizer que isso sempre está relacionado com baixo déficit na balança comercial e a ocorrência de considerável inflação, o que faz com que haja a necessidade de políticas fiscais e monetárias por parte do governo. No caso analisado na figura 4, nos anos de 2020 e 2021, a economia brasileira operou com uma taxa de câmbio do real adotando um padrão de flutuação cíclica sem grandes valorizações ou desvalorizações e foi dada pouca importância aos “riscos fiscais” na trajetória da taxa de câmbio do real.

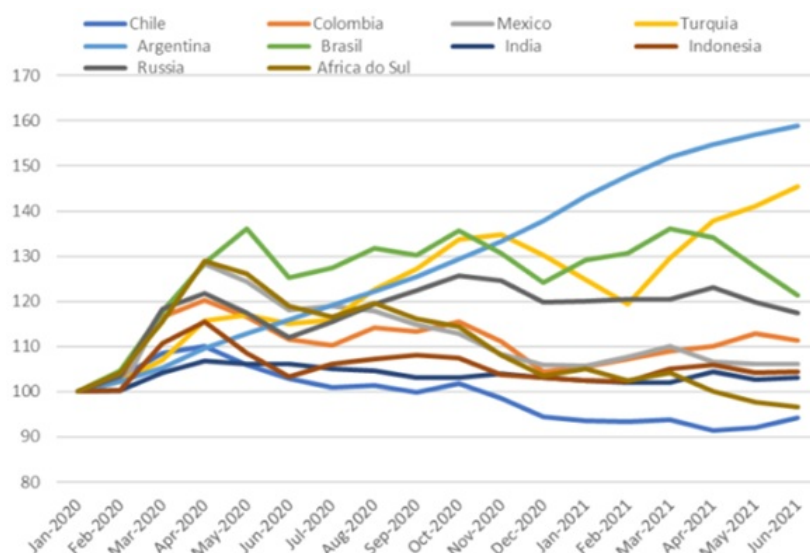


Figura 4: Taxas de Câmbio Nominais (moeda local x U\$) em países selecionados  
 Fonte: [OECD, 2020] Stats, 2020 - 2021

Pela observação dos dados contidos na tabela 1, foi possível verificar o comportamento da variação anual do PIB brasileiro a preço de mercado no período de 2018 a 2022. O PIB expressa o somatório de valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos num dado país, num determinado período. É um dos indicadores macroeconômicos mais utilizados porque tem como desígnio mensurar o nível de atividade econômica. Percebemos que os anos de 2018 e 2019 foram marcados por baixa atividade econômica na economia brasileira como um claro espelho das quebras de safras na agricultura, falta de insumos em algumas cadeias da indústria e uma normalização ainda incompleta de diversos setores, sobretudo no de serviços – o mais impactado pela pandemia de coronavírus. Aliado a esse processo, houve normatizações de isolamento social e desarranjo das contas públicas. A partir de 2021, esta atividade começa a apresentar sinais de melhoria e o impulso maior foi no setor de serviços, figurando como grande responsável pela melhoria no desempenho dos indicadores do PIB.

Tabela 1: Variação % anual do Produto interno Bruto a preço de mercado

<b>Discriminação</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
PIB a preços de mercado	1,8%	1,2%	-3,3%	5,0%	2,9%
Agropecuária	1,3%	0,4%	4,2%	0,3%	-1,7%
Indústria	0,7%	-0,7%	-3,0%	4,8%	1,6%
Serviços	2,1%	1,5%	-3,7%	5,2%	4,2%
Consumo das famílias	2,4%	2,6%	-4,6%	3,7%	4,3%
Consumo do governo	0,8%	-0,5%	-3,7%	3,5%	1,5%
FBCF	5,2%	4,0%	-1,7%	16,5%	0,9%
Exportação	4,1%	-2,6%	-2,3%	5,9%	5,5%
Importação	7,7%	1,3%	-9,5%	12,0%	0,8%

IBGE, 2018 - 2022.

Vale destacar que a partir de 2021, o papel desempenhado pelos estímulos fiscais dados à economia colaborando para a melhoria desses índices, junto com o chamado “efeito reabertura”, em que o retorno de bares, restaurantes, salões de beleza, turismo e outras atividades provocou um aumento expressivo do consumo. Cabe ainda mencionar que foram adotadas algumas medidas de paulatino retorno à “nova” normalidade, dentre algumas destas ações destacaram-se: a diferenciação das atividades essenciais e não essenciais; o entendimento de isolamento somente para pessoas autodeclaradas com vulnerabilidades críticas; a elaboração de um plano de contingência; a adoção de medidas de segurança e proteção dos trabalhadores, além de algumas medidas fiscais de incremento na arrecadação tributária federal.

A perda de dinamismo em 2022 deveu-se aos efeitos contracionistas da política monetária sobre o ciclo econômico e sobre o mercado de crédito. Esses efeitos já foram basicamente efetivados no último trimestre de 2022, quando a economia teve retração na margem e as concessões de crédito passaram a desacelerar de maneira mais intensa. Desse modo, a desaceleração da economia ocorre tanto no setor de serviços como no industrial. Por existir forte endividamento das famílias e algumas empresas, é inegável o comprometimento de renda da população, o que sem dúvida interfere no ritmo das atividades desempenhadas fundamentalmente no setor de serviços. Na indústria, o alto custo do crédito tende a dificultar a rolagem de dívidas e os novos investimentos produtivos, condicionando o arrefecimento desse setor.

Em um cenário de crise, para remediar a situação, os governos nacionais foram obrigados a adotar políticas expansionistas para tentar mitigar a perda de bem-estar social e a queda de rendimento em seus países. No caso brasileiro, os entes federados optaram por conceder uma série de benefícios fiscais, visando implementar diferentes programas, como o Auxílio Emergencial, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Isso ocasionou aumento nos gastos públicos, da inflação e cortes nos investimentos em algumas áreas consideradas vitais para o desenvolvimento econômico como o caso dos setores industrial, comércio, serviços, ciência e tecnologia, por exemplo. Para o ano de 2023, há indicativos de vetores positivos em relação à retomada do dinamismo da atividade econômica. Destacam-se prioritariamente as esperanças em relação a obtenção de safra recorde de grãos, o que sem dúvidas tende a impulsionar o setor agropecuário. Além disso, cabe citar os incrementos reais nas já mencionadas medidas de proteção social, devendo ser observado um aumento no rendimento real das camadas populacionais de renda menos favorecidas.

Os impactos da pandemia foram nocivos para o dinamismo das atividades econômicas que com base na variação do faturamento de cada setor, foi elaborada uma lista considerando informações das 10 atividades econômicas mais impactadas pela pandemia no Brasil, fora elas: 1 - Atividades artísticas, criativas e de espetáculos; 2 - Transporte aéreo; 3 - Transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros; 4 - Transporte interestadual e

intermunicipal de passageiros; 5 - Transporte público urbano; 6 - Serviços de alojamento; 7 - Serviços de alimentação; 8 - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; 9 - Fabricação de calçados e de artefatos de couro; 10 - Comércio de veículos, peças e motocicletas.

A Covid-19 obrigou a nossa sociedade a adotar novas tendências socioeconômicas e laborais, o que aumenta a urgência para que empresas e formuladores de políticas públicas tomem medidas destinadas a apoiar programas de adaptação, treinamento e educação para as novas exigências do mercado de trabalho. Tanto as empresas como os governos precisam adotar capacidades de flexibilização e adaptabilidade com propósito de adotar práticas inovadoras visando requalificar a mão de obra para um futuro mais promissor para o trabalho.

## Acre

A Amazônia brasileira sempre teve a sua presença no cenário nacional atrelada aos recursos que podiam ser extraídos de sua floresta. No caso da região onde hoje se localiza o Estado do Acre, destaca-se que antes do surgimento da borracha como matéria-prima estratégica para a grande indústria norte-americana e europeia, a região não despertava interesse e, inclusive, pertencia à Bolívia. Mas, a partir da segunda metade do século XIX a região tornou-se atrativa para as indústrias internacionais que se interessaram na extração do látex para a produção de borracha.

A migração (notadamente de nordestinos) para as regiões dos rios Purus e Juruá, no Acre, aconteceu, principalmente, devido à descoberta da borracha como matéria-prima industrial. Foi o que fez crescer a demanda internacional pelo produto e provocou investimentos externos nesta região.

Quando os ditos “civilizados” chegaram até a região do “Aquiry”, além das florestas, das seringueiras, das castanheiras e dos animais, encontraram os povos nativos que já viviam na floresta. De acordo com dados apresentados por [Picolli, 1992] viviam na região centenas de grupos tribais com contingente populacional estimado em 350 mil indivíduos. Homens e mulheres possuidores de tradições, valores, costumes e saberes, ou seja, com uma forma de viver na floresta estabelecida. Mas a chegada dos “barracões”, “batelões”, “rifles” e “porongas” provocou guerra. Na região do Acre tempos de mudanças se iniciavam.

Mudanças importantes aconteceram com a chegada dos migrantes “civilizados”. E com isso conflitos, onde alguns arriscavam suas vidas em nome do mundo nascente (nordestinos, paraenses, amazonenses, etc.) e outros em defesa do mundo que estava morrendo (indígena). Os não indígenas combateram os guerreiros tribais com o objetivo de eliminá-los e/ou submetê-los a uma nova forma de vida que precisava ser instalada. Outra sociedade é encravada em terras acreanas.

Os muitos migrantes que se tornaram seringueiros invadiram, com violência, as malocas indígenas. Invasões que a historiografia regional designou como “correrias”. Portanto, a genealogia do Acre começa onde a história de inúmeros povos termina.

A região do Acre passou a viver um novo tempo, com outros conflitos e outras resistências. Com novos migrantes que se tornaram seringueiros e velhos atores (indígenas que não foram dizimados). Iniciou-se o período do “ouro negro”, um tempo que muitos economistas e historiadores regionais enquadraram na expressão “primeiro ciclo da borracha”. A região então se configurou, do ponto de vista econômico, para o monoextrativismo gomífero (exploração de um único produto extraído da floresta. No caso, o látex para fazer a borracha). Neste sentido, contando com a mão de obra principalmente de nordestinos, a extração do leite (látex) das seringueiras para a produção de borracha começa a aumentar significativamente, chegando o Acre a ocupar o primeiro lugar entre as áreas produtoras do Brasil.

O território acreano (e amazônico) pouco se beneficiou do boom da borracha. “Os maiores lucros sobre a produção gomífera eram auferidos pelo mercado externo” (COELHO apud CARNEIRO, 2012, p.49). Do caudaloso manancial de lucros que desembocavam na Inglaterra e nos EUA pouco ficava na região. Somente ficava por aqui o que era retido por meio de impostos sobre a exportação cobrados no Pará e no Amazonas e, ainda, os lucros comerciais adquiridos pelas “casas aviadoras” e por alguns seringalistas bem-sucedidos.

A exploração de borracha na Amazônia mantém-se dinâmica até por volta de 1912, quando acontece um deslocamento da produção para a Ásia, afetando drasticamente a região. Com esse evento, a maioria dos seringais que existiam passam a sofrer mudanças significativas.

Segundo [Carneiro, 2012], foi o botânico inglês Henry Wickham (1846-1928) que adentrou na Amazônia Brasileira, na segunda metade do século XIX, como “pesquisador” e contrabandeou do Pará cerca de 70 mil sementes de *hevea brasiliensis*. Isso aconteceu no ano 1876, sendo as sementes encaminhadas para ao Royal Botanic Gardens (Jardim Botânico Real) em Londres. Hoje, sabe-se que a Malásia acabou sendo o destino das sementes. Por lá desenvolveram a produção de borracha “racional” que, anos depois, causou a derrocada da economia gomífera na Amazônia Brasileira.

Em crise, a atividade extrativista de borracha estagna-se. Só voltando a apresentar alguns sinais de recuperação durante a segunda guerra mundial, no período designado pela historiografia regional como destacado por [MARTINELLO, 1988]. Durante a segunda grande guerra, possivelmente devido à ocupação dos seringais de cultivo na Malásia, pelos japoneses, a região do Acre despertou novamente interesse da economia mundial como região produtora e exportadora de borracha para os países aliados que, capitaneados pelos Estados Unidos da América (EUA), confrontavam-se com o nazi-fascismo em expansão na Europa.

De acordo com [MARTINELLO, 1988], no período de 1942-1950 foram “deslocados” do Nordeste para Amazônia, na condição de “soldados-seringueiros”, milhares de homens, visando atender o esforço de guerra. A “batalha da borracha” tratou-se, portanto, de uma operação montada pelo Governo Getúlio Vargas, visando garantir aos EUA (principalmente) matéria-prima estratégica durante a segunda guerra. Para essa “operação”, de acordo com [Paula, 2003], foi montada uma rede de organizações pelo governo brasileiro e pelos americanos.

Os americanos participaram com a Board of Economic Warfare, a Reconstruction Finance Corporation, a Rubber Reserve Company, a Defense Supplies Corporation. Os brasileiros criaram o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SVA), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP).



Em virtude dessa “operação de guerra”, o extrativismo (de borracha) no Acre, e na Amazônia voltou a apresentar evidências de crescimento movido pela força de aproximadamente 50 mil nordestinos, 30 mil só do Ceará conforme indicado por [Andrade Silva, 2005]. Período que foi denominado como “segundo ciclo da borracha”.

Observa-se que na região do Acre a produção de borracha durante os “anos de guerra” continuou sendo organizada de forma semelhante àquela do “primeiro ciclo”, ou seja, fundada em uma cadeia de fornecimento de mercadorias a crédito, que era baseada no endividamento prévio e contínuo do seringueiro com o patrão, a começar pelo fornecimento das passagens do Nordeste para a Amazônia. Antes mesmo de começar a extração do látex e da produção das “pélas”, o patrão fornecia todo o material logístico necessário à produção e à sobrevivência do seringueiro na mata.

Sobre esse tipo de organização da produção, conceituada como “sistema de aviamento”, deve-se assinalar que os seringueiros quando chegavam na Amazônia, principalmente durante o período do primeiro “ciclo”, eram cativos e viviam sobre as ordens de um patrão a quem pagavam renda. A maior parte de seus tempos de trabalho era dedicada à produção exclusiva da borracha, e o resultado de seus esforços somente poderia ser vendido ao “barracão do patrão”. Isso significava ter uma vida toda endividada, esperando por um saldo no final do ano que dificilmente acontecia. Nas cidades, os seringueiros somente iam duas ou três vezes ao ano, basicamente em datas religiosas.

Com o fim da guerra e a desocupação dos seringais de cultivo na Malásia, o extrativismo gomífero na Amazônia estagnou-se completamente (por volta de 1950/60 os seringais já estavam totalmente decadentes). De acordo com fontes escritas consultadas, nesse período observou-se que os seringueiros aceleraram um processo de busca por mais autonomia de acordo com [Allegretti, 2002].

[Allegretti, 2002] destaca que a figura dos “seringueiros autônomos” tornou-se frequente, que na verdade tratava-se de seringueiros que produziam e comercializavam borracha por conta própria, sem a dependência e o pagamento de renda para um patrão. Seringueiros que, além da produção de borracha, intensificaram a combinação de outras atividades produtivas como a coleta de castanha, a pesca e a criação de pequenos animais. Isso conforme suas necessidades e características do mercado.

Continuaram direcionando seus esforços para a produção de borracha, mas, agora, a venda do resultado de seus trabalhos não acontecia para um patrão específico e sim para “marreteiros” (quando possível, vendiam também para comerciantes na cidade). Com os “marreteiros” a negociação se baseava, na maioria das vezes, através da troca direta (escambo). Trocavam borracha e/ou castanha por produtos industrializados. Raramente o dinheiro aparecia intermediando as trocas. Além disso, era também comum os “marreteiros” inflacionarem os preços dos produtos industrializados que levavam até o interior da floresta - sal, açúcar, pilha, munição, etc.

Com o aprofundamento da crise, a cada dia mais seringais eram abandonados pelos seringalistas e, com isso, os seringueiros iam adquirindo maior “liberdade” para trabalhar a terra para si (passaram a ter um controle maior sobre as “Colocações”). A borracha continuava sendo o produto principal, mais aumentos de produção de castanha passaram a ser observados, como também as criações de pequenos animais e o cultivo de roçados (milho, feijão, macaxeira). Essa configuração caminha até os anos de 1970 do século passado quando mudanças importantes começam a ocorrer no Acre, agora transformado em Estado do Acre.

Em harmonia com o que apontou [Simione da Silva, 2013], pode-se dizer que o processo geral da formação da “Amazônia-acreana” deu-se a partir da dinâmica da fronteira econômica brasileira, em duas fases históricas: a ocupação inicial com a “frente pioneira” extrativista da borracha, a partir da década de 1870, e a também “frente pioneira” agropecuária, a partir do final da década de 1960.

Sobre a “frente pioneira” agropecuária, na Amazônia, pode-se afirmar que foi acelerada a partir de 1966, por iniciativa do Governo Militar [Martins, 1975]. Sobre essa afirmação, esse autor observou que após o golpe de 1964 a ditadura militar que se instalou no Brasil, objetivando a “ocupação do território”, começou a introduzir diversas ações centradas principalmente em incentivos que visavam “ocupar e modernizar” a região amazônica. Os objetivos da ditadura e dos setores civis que a apoiava eram de natureza econômica, mas, também, sobretudo geopolíticos. Dessa forma, um processo modernizante apresentou-se com força na região, considerada a última fronteira a ser incorporada e explorada.

E essa ocupação e modernização da região tinha por lema “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” a supostas e gananciosas potências estrangeiras. Assim, os militares aceleraram a expansão da “frente pioneira”, principalmente através da concepção de incentivos fiscais. E a floresta, com as populações que aqui tinham morada, servia não apenas como habitat, mas como meio de vida (indígenas, seringueiros, etc.), passando a ser vista, então, como um obstáculo ao processo modernizante.

Essa visão lembra, no Brasil, os sem-terra do Sul, Sudeste e Nordeste. Pois a importância atribuída à região amazônica, pelos fardados, resulta de uma intrincada relação entre interesses e elementos simbólicos. Assim, a presença, aqui, não é entendida apenas como uma distribuição geográfica das tropas, mas compreende a dimensão material e simbólica da existência de uma unidade militar numa determinada localidade brasileira.

Para [Antonacci, 1994], nesse período o projeto de desenvolvimento de grupos do Centro-Sul atingiu a região apoiado por incentivos fiscais, creditícios e instituições, promovendo uma verdadeira devassa através de projetos agropecuários, de mineração e de colonização. “Modernização” que provocou mudanças significativas nas bases produtivas e socioculturais da Amazônia.

É nesse cenário que em 15 de março de 1971 Francisco Wanderley Dantas foi escolhido pelo presidente militar Emílio Garrastazu Médici para ser o segundo acreano a dirigir os destinos do mais novo estado da federação: o Acre. Talvez em busca de facilidades financeiras à sua administração, este governador embarca na política da ditadura e passa a desencadear propagandas das terras “férteis e baratas” do estado do Acre, no centro sul do país, na tentativa de atrair pessoas para virem morar no Acre. Foi exatamente nesse momento que se intensificou o processo de deslocamento dos sulistas para a região. Pessoas que os acreanos passaram a chamar de “paulistas”.

Muitos dos antigos seringais “trocam de donos”, bem como nesse período configuraram-se novas formas de exploração econômica das terras. Essas mudanças trazem consigo inúmeros problemas entre os seringueiros e os “novos proprietários”. A base produtiva acreana modificava-se (não totalmente) e inicia-se um novo tempo de mudanças. Um novo tempo de conflitos.

A questão central era que a atividade extrativista não se constituía em prioridade para as políticas modernizantes que moviam os interesses dos tomadores de decisão. Muito embora o extrativismo fosse responsável pela sobrevivência da grande maioria da população do Acre e da Amazônia, ela não foi prioritária naquele momento. Dessa forma, com a economia empresarial da borracha em decadência e os seringalistas (donos dos seringais) numa situação de endividamento considerável, o surgimento de inúmeras áreas disponíveis para transações econômicas ganha força em mãos dos dominadores de então. Assim, na região do Acre a produção de borracha passou a ser substituída por uma atividade dita como mais “moderna”: a pecuária extensiva. Processo esse relacionado diretamente com uma nova rearticulação territorial do capitalismo no Brasil.

Dessa forma, com a impossibilidade de continuar vivendo da borracha, muitos seringueiros abandonaram as áreas mais centrais e rumaram para as de mais fácil acesso (“margens”). Nestas novas áreas passam a incrementar seus espaços de produção agrícola e de criação animal, mudando assim, aos poucos, o perfil de sua principal atividade econômica.

Nesse diapasão, se se olhar para o discurso dos militares de “ocupação dos espaços vazios”, mesmo com a Amazônia estando ocupada, a modalidade proposta de aceleração da “frente pioneira” parece contraditória. Ou seja, a ocupação se dava através da agropecuária, que era uma atividade econômica que dispensava mão de obra e esvaziava territórios.

Observa-se, ainda, que a região já era ocupada, segundo [Martins, 1994, p.3], por “dezenas de tribos indígenas muitas delas jamais contatadas pelo homem branco e, também, ocupada ainda que dispersamente por uma população já presente na área desde o século 18, pelo menos”.

No caso do Acre, os fazendeiros “paulistas” com objetivos de implantação de pecuária extensiva e/ou simplesmente especular com a terra, iniciam um processo de retirada dos

antigos moradores. Com isso, os seringueiros que ainda permaneciam nas florestas passam a serem vistos como ameaças, como estorvos ao progresso. Famílias que há muito tempo ocupavam as matas acreanas são expulsas em função da mercantilização dos antigos seringais. A violência cometida antes com os indígenas voltava a se repetir, agora com os velhos (seringueiros) e os novos sujeitos (fazendeiros, peões, capatazes, pistoleiros).

A nova configuração da exploração intensifica transferências do domínio sobre os antigos seringais e provoca mudanças significativas nas esferas econômica e social, com reflexos importantes até os dias atuais. A floresta passa a ser derrubada de forma mais intensa para a implantação de fazendas de gado.

Muitos seringueiros são expulsos e mortos, famílias que viviam no interior da floresta migram para as cidades (do Acre e também para a Bolívia). O cotidiano das matas, silencioso e isolado, é substancialmente alterado pelos projetos de modernização propostos pelos militares.

Mesmo com toda a violência que passaram a sofrer, os seringueiros decidiram lutar pela manutenção de seus modos de viver na floresta. Foi assim que o denominado “movimento de resistência”, contra a expulsão, teve início em terras acreanas. “Movimento” que, em seu primeiro momento, contou com o apoio da Igreja Católica e da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) .

Têm-se, então, a partir desse impulso inicial, diversas formas de lutas contra a expropriação do então Território do Acre. E, dentre elas, mereceu destaque o “empate” (ato de impedir coletivamente o desmatamento dos seringais). Nesse processo observou-se uma aproximação do movimento dos seringueiros com ambientalistas e ecologistas. Inclusive, isso pode corroborar na explicação do porquê desses sociais sujeitos passarem a ser vistos por muitos como “protetores da floresta”. Após o assassinato de Chico Mendes em 1988 na cidade de Xapuri, o Governo Federal estabelece em lei o que muitos apontam como a principal proposta criada pelo movimento dos seringueiros: a Reserva Extrativista.

Mesmo com a criação da reserva, e o apoio da política pública dos governos da chamada “Frente Popular” liderada pelo Partido dos Trabalhadores – PT, que no início dos anos 2000 chegaram ao poder no Acre estabelecendo como saída para o desenvolvimento o aproveitamento “inteligente” da floresta (recursos madeireiros e não madeireiros), o extrativismo de borracha e a exploração de produtos não madeireiros não se dinamizou. Apenas a castanha e, por alguns anos, a exploração de madeira apresentaram certo avanço.

No período de 01 de janeiro de 1999 até 01 de janeiro de 2019, tem-se um governo estadual alinhado em tese com um mesmo grupo político. Contudo, a orientação econômica de forma geral pode ser dividida em dois períodos.

O primeiro compreende aos governos de Jorge Viana (1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2007) e Arnóbio Marques (1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2011). Possui como principal característica a valorização dos ativos florestais e setores correlatos como impulsores do desenvolvimento econômico. Contudo, mesmo com a forte injeção de

recursos externo na economia local e melhora de indicadores socioeconômicos, o baixo nível de integração setorial da economia e principalmente dos setores eleitos prioritários pelo governo, não permitiram ao Acre superar a concentração de renda e o altíssimo índice de proporção de pobres, além de outros problemas estruturais.

O governo de Tião Viana (1º de janeiro de 2011 a 1º de janeiro de 2019), apresenta uma ruptura com os governos de Jorge Viana e Arnóbio Marques no tocante a condução da política econômica. Muito embora este governo ainda destaque em suas ações a promoção de atividades sustentáveis. O mesmo apostou fortemente na industrialização do estado. Contudo, um processo de industrialização necessita bem mais que boa vontade governamental. Além disso, a crise econômica que se abateu sobre a economia brasileira atingiu fortemente o estado do Acre. Consequentemente, o Acre continuou apenas na inércia temporal do desenvolvimento.

O primeiro mandato do governo de Gladson Cameli (1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2022) é marcado fortemente pela austeridade fiscal, com o objetivo de sanar os problemas deixados da gestão passada. Contudo, no Acre, os gastos e investimentos governamentais são essenciais para dinamizar a economia. Neste diapasão, o êxito da política de austeridade fiscal em conjunto com a falta de dinamismo na execução de investimento fez com que o estado continuasse na inércia temporal do desenvolvimento.

Um dos grandes problemas da inércia temporal do desenvolvimento, reside na expansão populacional, conjugada com o baixo poder das políticas econômicas em desconcentrar renda e dinamizar as interligações setoriais da economia. Em última instância, temos um desafio para promoção do desenvolvimento econômico. Não é possível nos desenvolvermos sem políticas econômicas que reduzam pobreza, desconcentre renda e conduza a criação de uma classe média sólida e com peso substancial na população acreana e que possua poder de compra, pois, a demanda agregada da economia é um dos principais determinantes do nível de produção e emprego.

Contudo, não podemos negligenciar que as variações na produção, no emprego e nos investimentos estão diretamente ligadas a fatores reais da economia, como mudanças na produtividade, na oferta de recursos e nas preferências dos consumidores, capital humano, tecnologia e outros.

## Referências

- [Allegretti, 2002] Allegretti, M. H. (2002). *A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. PhD thesis, Universidade de Brasília (UNB), Brasília. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental.
- [Andrade Silva, 2005] Andrade Silva, M. d. (2005). *A borracha passada na história: os soldados da borracha durante a segunda guerra*. Master's thesis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. Monografia de graduação.
- [Antonacci, 1994] Antonacci, M. A. (1994). “cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de empate no acre”. *Revista Brasileira de História*, vol. 14(nº 28).
- [Carneiro, 2012] Carneiro, E. d. A. (2012). *O capital internacional no aquiry "sangue e lodo"na formação econômico-social do acre*. Master's thesis, Universidade Federal do Acre, Rio Branco. Monografia (Graduação em Economia).
- [International Monetary Fund - IMF, 2023] International Monetary Fund - IMF (2023). *World economic outlook: Perspectivas de la economía mundial: Una recuperación accidentada*. Disponível em: <https://www.imf.org/es/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>. Frequência: Semiannual.
- [IPEA, 2023] IPEA (14 de junho de 2023). *Carta de conjuntura: Economia mundial*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/economia-mundial/>. 16 de junho de 2023.
- [Lopes et al., 1997] Lopes, L. M., Vasconcellos, M. A. S. d., Gremaud, A. P., Luque, C. A., Martone, C. L., Braga, M. B., Toneto Junior, R., Pessoa, S. d. A., Schor, S. M., Souza, E. C. d., et al. (1997). *Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário*.
- [MARTINELLO, 1988] MARTINELLO, P. (1988). *A batalha da borracha na ii guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico*. Ed. UFAC. Rio Branco.
- [Martins, 1975] Martins, J. d. S. (1975). *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. Pioneira, São Paulo.
- [Martins, 1994] Martins, J. d. S. (1994). *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no brasil*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 6((1-2)):1–25.
- [Ministerio de Economía de El Salvador, 2023] Ministerio de Economía de El Salvador (14 de junho de 2023). *La alta inflación seguirá amenazando al comercio minorista mundial en 2023*. Disponível em: <http://inteligenciacomercial.minec.gob.sv/la-alta-inflacion-seguira-amenazando-al-comercio-minorista-mundial-en-2023/>. 20 de junho de 2023.



- [OECD, 2020] OECD (2020). *OECD – Brasil: Retrato econômico do Brasil*. OECD, Brasília.
- [Paula, 2003] Paula, E. A. d. (2003). *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/CPDA, Rio de Janeiro.
- [Picolli, 1992] Picolli, J. C. (1992). *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha no Vale do Juruá-Purus*. PhD thesis, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia).
- [Simione da Silva, 2013] Simione da Silva, S. (2013). A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial. *Contemporânea*, v. 3(n. 1):19–43.